

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## ÍNDICE

Lingua Portuguesa .....	2
Noções de Direito Penal e Leis .....	7
Edital – Polícia Civil/MS (2017) .....	7
Conteúdo Programático .....	7
Código Penal.....	7
Leis Penais Especiais.....	8
RLM .....	16
Direito Administrativo.....	20
Modalidades de Licitação .....	20
Concorrência .....	20
Tomada de Preços.....	20
Convite .....	20
Concurso .....	21
Leilão.....	21
Exceções à Obrigatoriedade de Licitar .....	21
Inexigibilidade .....	21
Poderes da Administração .....	22
Atributos do Poder de Polícia .....	22
Atributos dos Atos Administrativos .....	22
Direito Constitucional.....	23
Informática.....	28
Backup e Restauração.....	28
Tipos de Backup .....	28
Restauração.....	28
Malwares.....	28
Tipos de Malwares .....	28
Cloud Computing.....	29
Processo Penal .....	31
Busca e Apreensão .....	31
Tipos .....	31
Quem a Determina? .....	31
Procedimento .....	32
É Possível o Uso da Força?.....	32
Serendipidade .....	32
Busca e Apreensão em Escritórios de Advocacia .....	32
Busca Pessoal .....	32
Busca Pessoal em Mulheres .....	32

## Lingua Portuguesa

### ESTE É O MEU CORPO

Caro leitor: você está contente com o seu corpo? Pense bem. Olhe-se bem. Os ingleses não estão. Informa\* a BBC Brasil que um grupo de deputados auscultou a população nativa a respeito.

As conclusões do estudo, intitulado “*Reflections on Body Image*” (“reflexões sobre a imagem do corpo”), são dramáticas: ninguém gosta da respectiva carcaça.

Nas escolas, o cenário é particularmente aterrador: um em cada cinco meninos de 10 anos despreza a própria figura; uma em cada três meninas também.

A situação é tão extrema que os deputados sugerem aulas de imagem e expressão corporal para combater a insatisfação com o corpo. É preciso mais “autoestima”, dizem os especialistas. A saúde psíquica de uma nação depende disso.

Boa sorte, rapazes. Mas posso explicar por que motivo o projeto educacional está destinado ao fracasso? Deixo ficar a teoria para mais tarde. Prefiro a prática por agora.

Moro em frente a uma academia de ginástica. E todos os dias, manhã cedo, contemplo através do vidro exércitos de infelizes que marcham lá para dentro em busca das formas perfeitas.

O cortejo é deprimente, concedo: a angústia plasmada no rosto de cada um dos peregrinos faria as delícias de Hieronymus Bosch. Mas o essencial da experiência está na propaganda da academia – duas frases escritas em inglês e com cores berrantes, logo na entrada: “*One life. Live it well.*”

Nem mais. Durante séculos, a civilização ocidental – corrijo: a civilização judaico-cristã que forjou o Ocidente – tinha uma singular visão do corpo que se alterou com a modernidade.

Simplificando, o corpo tinha a sua importância como guardião da alma divina. Mas só a alma era eterna; só a alma viajava para o outro lado, o que concedia ao corpo um estatuto precível e secundário.

Quando existe um horizonte de eternidade pela frente, e quando a eternidade se assume como prolongamento da existência terrena e compensação de suas misérias, é normal que o olhar humano não atribua ao corpo e às suas imperfeições o lugar histórico de hoje.

Esse horizonte de eternidade perdeu-se. Para usar as palavras de Thomas Hardy em poema célebre sobre o “funeral de Deus”, a divindade podia ser uma projeção que os homens modernos não conseguiram mais manter viva.

Mas existem consequências desse enterro. Se não existe nenhuma continuidade pós-terrena, se tudo que resta é esta passagem breve e incompleta que termina entre quatro tábuas, o olhar humano recentra-se sobre a matéria.

Pior: coloca a matéria no altar das antigas divindades e troca as orações e as penitências do passado pelo calvário tangível da malhação matinal.

Só existe uma vida. Só existe uma oportunidade para vivê-la bem. As frases promocionais da academia podem ser lidas como grito festivo e obviamente narcísico.

Mas também são a expressão de uma angústia e terror bem profundos: a angústia e o terror de quem sabe que não terá uma segunda oportunidade.

Todas as fichas do jogo estão cá embaixo, não ía em cima. Aliás, não existe mais “lá em cima”.

Os deputados ingleses, sem originalidade, acreditam que a insatisfação com o corpo tem origem nas imagens de perfeição irreal que a moda ou o cinema cultivam. O clichê de um clichê.

Erro crasso. Essas imagens de perfeição irreal são apenas a consequência, e não a causa, de uma cultura que concedeu ao corpo uma fatídica importância.

E “fatídica” pela razão evidente de que condena os homens a adorar um deus falível por definição. Um deus caprichoso e inconstante, sujeito às inclemências da velhice, da doença e da morte. Se existem causas perdidas, o corpo é a primeira delas. Alimentar causas perdidas é um sintoma de demência.

É por isso que a nossa obsessão com a carcaça não se corrige com as tais aulas de imagem e expressão corporal. Não se corrige com mais “autoestima”.

Ironicamente, corrige-se com menos “autoestima”. Somos pó e ao pó retornaremos. Aulas de teologia fariam mais pelas crianças inglesas do que renovadas sessões com o corpo no papel principal.

João Pereira Coutinho, Folha de Sao Paulo, 05/06/2012.

01. A principal ideia discutida no texto é:

- a) o projeto educacional das escolas inglesas sobre imagem e expressão corporal.
- b) o fim da crença na existência de uma vida eterna.
- c) a obsessão das pessoas pelo próprio corpo.
- d) a superlotação das academias de ginástica.
- e) a efemeridade da vida humana.

02. De acordo com o texto, infere-se que, no passado, a civilização judaico-cristã atribuía menos importância ao corpo porque as pessoas:

- a) acreditavam na eternidade da alma como prolongamento da própria existência.
- b) adotavam como princípios o conteúdo de frases como “*One life. Live it well.*”
- c) acreditavam que ele tinha a sua importância como guardião da alma.
- d) não trocavam as orações e penitências pela malhação matinal.
- e) não acreditavam na existência da continuidade pós-terrena.

03. Das afirmações a seguir, a alternativa correta é:

- a) As imagens de perfeição irreal que a moda ou o cinema apresentam são, na opinião do autor do texto, a causa da insatisfação das pessoas em relação ao próprio corpo.
- b) Para os deputados ingleses, as imagens de perfeição irreal que a moda ou o cinema cultivam são a causa da insatisfação das pessoas em relação ao próprio corpo,
- c) Para os deputados ingleses, as imagens de perfeição irreal são apenas a consequência de uma cultura que atribui muita importância ao corpo.
- d) O autor do texto concorda com os deputados ingleses no que diz respeito à causa da insatisfação das pessoas em relação ao próprio corpo.
- e) Para o autor do texto, as imagens de perfeição irreal constituem o clichê de um clichê.

04. A alternativa cujo o par de palavras apresenta uma relação diferente da existente nos demais pares é:

- a) saúde psíquica-demência
- b) eterna – perecível
- c) funeral – enterro
- d) teoria – prática
- e) vida – morte

05. No trecho “Todas as fichas do jogo estão cá embaixo. não lá em cima” , as expressões em destaque relacionam-se, de forma metafórica, respectivamente, com:

- a) horizonte de eternidade – passagem breve e incompleta.
- b) a insatisfação com o corpo – imagens de perfeição irreal.
- c) a civilização ocidental – a civilização judaico-cristã.
- d) a existência terrena – a continuidade pós-terrena.
- e) outro lado – passagem breve e incompleta.

06. A alternativa em que as quatro expressões são formadas pelas mesmas classes de palavras e na mesma sequência é:
- a) homens modernos – calvário tangível – malhação matinal – antigas divindades
  - b) segunda oportunidade – razão evidente – perfeição irreal – pape! principal
  - c) grito festivo – deputados ingleses – fatídica importância – lugar histórico
  - d) estatuto perecível – bem profundos – existência terrena – olhar humano
  - e) saúde psíquica — formas perfeitas – cores berrantes – alma divina
07. Observe o uso da vírgula e as respectivas justificativas:
- I. “Simplificando, o corpo tinha a sua importância como guardião da alma divina” A vírgula está separando uma oração reduzida de participio.
  - II. “Nas escolas, o cenário é particularmente aterrador A vírgula está marcando a inversão de um adjunto adverbial.
  - III. “Se existem causas perdidas, o corpo é a primeira delas”. A vírgula está separando um aposto.
  - IV. “Boa sorte, rapazes” A vírgula está separando um vocativo.
- a) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
  - b) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
  - c) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
  - d) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.
  - e) Apenas as afirmações II, III estão corretas.
08. Observe as formas verbais:
- I. “(...) um grupo de deputados auscultou a população nativa a respeito”.
  - II. “As frases promocionais da academia podem ser lidas (...)”.
  - III. “Não se corrige com mais “autoestima”.
  - IV. “Olhe-se bem”.
- Nas orações acima, os verbos estão flexionados, respectivamente, na:
- a) voz reflexiva – voz passiva – voz ativa – voz reflexiva.
  - b) voz ativa – voz passiva – voz passiva – voz reflexiva.
  - c) voz reflexiva – voz ativa – voz passiva – voz passiva.
  - d) voz passiva – voz ativa – voz passiva – voz passiva.
  - e) voz reflexiva – voz ativa – voz ativa – voz passiva.
09. “Se não existe nenhuma continuidade pós-terrena, se tudo que resta é esta passagem breve e incompleta que termina entre quatro tábuas, o olhar humano recentra-se sobre a matéria”. A primeira e a segunda oração desse período estabelecem, com a oração principal, uma relação de:
- a) consequência.
  - b) concessão.
  - c) finalidade.
  - d) condição.
  - e) tempo.

- 10.** A alternativa em que o tempo e modo dos verbos estão indicados corretamente entre parênteses é:
- a)** “(...) a angústia plasmada no rosto de cada um dos peregrinos faria as delícias de Hieronymus Bosch”, (futuro do presente)
  - b)** “(...) um grupo de deputados auscultou a população nativa a respeito”, (pretérito imperfeito do indicativo)
  - c)** “(...) os deputados sugerem aulas de imagem e expressão corporal (...)”. (presente do subjuntivo).
  - d)** “Somos pó e ao pó retornaremos”, (futuro do presente)
  - e)** “Pense bem”, (presente do indicativo)
- 11.** Analise sintaticamente o período a seguir e, depois, o que se afirma sobre ele. “Informa a BBC Brasil que um grupo de deputados auscultou a população nativa a respeito”
- I.** Existe, nesse período, uma relação de coordenação, com orações independentes.
  - II.** Existe no período uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
  - III.** Trata-se de um período composto por apenas duas orações.
  - IV.** O sujeito da oração principal é “um grupo de deputados”.
- a)** Apenas as afirmações III e IV estão corretas.
  - b)** Apenas as afirmações II e III estão corretas.
  - c)** Apenas as afirmações II e IV estão corretas.
  - d)** Apenas as afirmações I e IV estão corretas.
  - e)** Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- 12.** Observe a posição do pronome “se” em relação aos verbos em cada trecho e a respectiva afirmação entre parênteses:
- I.** (...) tinha uma singular visão do corpo que se alterou com a modernidade. (A próclise foi utilizada em razão da presença de palavra que atrai o pronome para a posição anterior ao verbo).
  - II.** Não se corrige com mais “autoestima”. (Em favor de finalidades expressivas, nesse caso, não se atendeu à regra de colocação pronominal da norma culta).
  - III.** (...) o olhar humano recentra-se sobre a matéria. (A ênclise foi utilizada porque não há palavra que atraia o pronome para a posição anterior ao verbo).
  - IV.** “Olhe-se bem”, (A ênclise foi utilizada em razão do verbo no imperativo afirmativo no início da oração).
- a)** Está correto o que se afirma em apenas dois itens.
  - b)** Está correto o que se afirma em apenas três itens.
  - c)** Está correto o que se afirma em apenas um item.
  - d)** Está correto o que se afirma em todos os itens.
  - e)** Não está correto o que se afirma em nenhum dos itens.
- 13.** A alternativa em que a palavra destacada foi usada em seu sentido conotativo é:
- a)** (...) o corpo tinha a sua importância como guardião da alma divina.
  - b)** Essas imagens de perfeição irreal são apenas a consequência.
  - c)** É preciso mais “autoestima”. dizem os especialistas.
  - d)** Alimentar causas perdidas é um sintoma de demência.
  - e)** Mas existem consequências desse enterro.

14.

- I.* Durante séculos concedeu-se \_\_\_ alma maior importância que ao corpo.
- II.* Os deputados atribuem \_\_\_ causas do problema \_\_\_ moda e ao cinema que cultivam imagens de perfeição irreal.
- III.* Para o autor, aulas de teologia poderiam ajudar \_\_\_ crianças inglesas no que se refere \_\_\_ insatisfação com o corpo.
- IV.* Se não \_\_\_ esperança na vida eterna, o olhar humano recentra-se sobre a matéria.

A alternativa que preenche corretamente e na sequência as lacunas das orações acima é:

- a)* à – a s – à – as – à – a
- b)* à – à s – à – a s – a – a
- c)* a – a s – à – as – a – há
- d)* a – as – à – as – à – há
- e)* à – as – à – as – à – há

### Gabarito

- 01 - C
- 02 - A
- 03 - B
- 04 - C
- 05 - D
- 06 - E
- 07 - D
- 08 - B
- 09 - D
- 10 - D
- 11 - B
- 12 - B
- 13 - E
- 14 - E

## Noções de Direito Penal e Leis

### Edital – Polícia Civil/MS (2017)

Concurso Público para provimento de vagas às carreiras de Agente de Polícia e Oficial de Polícia Civil.

→ **Banca:** Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – Fapems.

→ **Tempo de prova:** duração de 4 horas (prova objetiva).

→ **Escolaridade:** nível superior.

Conhecimentos Específicos	Qtde	Pontuação Máx.
Noções de Direito Penal	14	14

### Conteúdo Programático

#### Código Penal

→ **Parte Geral:**

- > *Direito Penal e Poder Punitivo.*
- > *Princípios Aplicáveis ao Direito Penal.*
- > *Interpretação e Aplicação da Lei Penal.*
- > *Crime.*
  - » *Conceito e Classificação;*
  - » *Culpabilidade;*
  - » *Concurso de Crimes;*
  - » *Erro;*
  - » *Exclusão de Ilicitude;*
- > *Imputabilidade Penal.*
- > *Concurso de Pessoas.*
- > *Penas.*
  - » *Espécies de penas;*
  - » *Cominação das penas;*
  - » *Aplicação das penas;*
  - » *Suspensão condicional da pena;*
  - » *Livramento condicional;*
  - » *Efeitos da Condenação.*
- > *Ação Penal.*
- > *Punibilidade e Causas de Extinção.*

→ **Parte Especial:**

- > *Crimes contra a pessoa.*
- > *Crimes contra o patrimônio.*
- > *Crimes contra a dignidade sexual.*
- > *Crimes contra a incolumidade pública.*
- > *Crimes contra a Paz Pública.*
- > *Crimes contra a fé pública.*
- > *Crimes contra a administração pública.*

## Leis Penais Especiais

- *Abuso de autoridade – Lei Federal nº 4.898/1965.*
- *Preconceito Racial – Lei Federal nº 7.716/1989.*
- *Crimes praticados contra a criança e o adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 (Artigos 225 ao 244-B).*
- *Crimes Hediondos – Lei Federal nº 8.072/1990.*
- *Crime organizado – Lei Federal nº 12.850/2013.*
- *Crimes de tortura – Lei Federal nº 9.455/1997.*
- *Crimes de trânsito – Lei Federal nº 9.503/1997 (Artigos 291 ao 312-A).*
- *Crimes previstos no estatuto do desarmamento – Lei Federal nº 10.826/2003 (Artigos 6º ao 21).*
- *Violência doméstica – Lei Federal nº 11.340/2006.*
- *A lei antidrogas – Lei Federal nº 11.343/2006 (Artigos 27 ao 64).*

### Exercícios

- 01.** O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo
- a)* no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.
  - b)* no princípio da subsidiariedade e na teoria da imputação objetiva.
  - c)* nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.
  - d)* no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista sistêmica.
  - e)* na teoria da imputação objetiva e na proposta funcionalista sistêmica.
- 02.** João, brasileiro, é vítima de um furto na cidade de Paris, na França. O autor do delito foi identificado na ocasião, José, um colega brasileiro que residia no mesmo edifício que João. A Justiça francesa realizou o processo e ao final José foi definitivamente condenado a uma pena de 2 anos de prisão. Ambos retornaram ao país e José o fez antes mesmo de cumprir a sua condenação. Neste caso, conforme o Código Penal brasileiro,
- a)* não se aplica a lei penal brasileira, pois José já foi condenado pela justiça francesa.
  - b)* aplica-se a lei penal brasileira por ser o furto um delito submetido à extraterritorialidade incondicionada.
  - c)* aplica-se a lei penal brasileira, desde que haja requisição do Ministro da Justiça.
  - d)* aplica-se a lei penal brasileira, se não estiver extinta a punibilidade segundo a lei mais favorável.
  - e)* não se aplica a lei penal brasileira por ter sido o crime cometido em outro país.
- 03.** Fausto foi condenado por sentença transitada em julgado por crime cometido em 2010, encontrando-se em cumprimento da pena de 10 anos. Em 2015, entrou em vigor uma lei que não mais considera como crime a conduta que levou Fausto à prisão. Neste caso, Fausto
- a)* será beneficiado pela nova lei, pois a lei penal retroage.
  - b)* não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição Federal garante a irretroatividade da lei penal.
  - c)* será beneficiado pela nova lei apenas se esta favorecer ao menos 10 condenados.
  - d)* não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição garante a retroatividade apenas da lei civil.
  - e)* não será beneficiado pois a nova lei não pode prejudicar a coisa julgada.



- 04.** No que concerne aos elementos do crime, é correto afirmar que
- a)* a inexigibilidade de conduta diversa constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.
  - b)* o dolo e a culpa integram, respectivamente, a tipicidade e a culpabilidade, segundo a teoria finalista da ação.
  - c)* o chamado princípio da insignificância exclui a tipicidade formal da conduta.
  - d)* a coação moral irresistível constitui causa de exclusão da antijuridicidade.
  - e)* o consentimento do ofendido pode conduzir à exclusão da tipicidade.
- 05.** A respeito da relação de causalidade, é INCORRETO afirmar que
- a)* o resultado, de que depende a existência do crime, só é imputável a quem lhe deu causa.
  - b)* não há fato típico decorrente de caso fortuito.
  - c)* não há crime sem resultado.
  - d)* a omissão também pode ser causa do resultado.
  - e)* o Código Penal adotou a teoria da equivalência das condições.
- 06.** A respeito do crime consumado e do crime tentado, da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, considere:
- I.* Há desistência voluntária quando o agente, embora tenha iniciado a execução de um delito, desiste de prosseguir na realização típica, atendendo sugestão de terceiro.
  - II.* A redução de um a dois terços da pena em razão do reconhecimento do crime tentado deve ser estabelecida de acordo com as circunstâncias agravantes ou atenuantes porventura existentes.
  - III.* Há arrependimento eficaz, quando o agente, após ter esgotado os meios de que dispunha para a prática do crime, arrepende-se e tenta, sem êxito, por todas as formas, impedir a consumação.
  - IV.* Em todos os crimes contra o patrimônio, o arrependimento posterior consistente na reparação voluntária e completa do prejuízo causado, implica a redução obrigatória da pena de um a dois terços.
  - V.* Há crime impossível quando a consumação não ocorre pela utilização de meio relativamente inidôneo para produzir o resultado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a)* I.
  - b)* I e II.
  - c)* III e IV.
  - d)* IV.
  - e)* II e V.
- 07.** A respeito do dolo e da culpa, é correto afirmar que
- a)* na culpa consciente o agente prevê o resultado e admite a sua ocorrência como consequência provável da sua conduta.
  - b)* no dolo eventual o agente prevê a ocorrência do resultado, mas espera sinceramente que ele não aconteça.
  - c)* a imprudência é a ausência de precaução, a falta de adoção das cautelas exigíveis por parte do agente.
  - d)* a imperícia é a prática de conduta arriscada ou perigosa, aferida pelo comportamento do homem médio.
  - e)* é previsível o fato cujo possível superveniência não escapa à perspicácia comum.

- 08.** São causas de inimputabilidade previstas no Código Penal, além de doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado:
- a)* emoção e paixão; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; idade inferior a 18 anos.
  - b)* idade inferior a 16 anos; embriaguez voluntária; coação irresistível.
  - c)* idade inferior a 18 anos; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior.
  - d)* idade inferior a 21 anos; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; legítima defesa.
  - e)* emoção e paixão; idade inferior a 18 anos; embriaguez preordenada.
- 09.** Um cidadão americano residente no Estado da Califórnia, onde o uso medicinal de Cannabis é permitido, vem ao Brasil para um período de férias em Santa Catarina e traz em sua bagagem uma certa quantidade da substância, conforme sua receita médica. Ao ser revistado no aeroporto é preso pelo delito de tráfico internacional de drogas. Neste caso, considerando-se que seja possível a não imputação do crime, seria possível alegar erro de
- a)* proibição indireto.
  - b)* tipo permissivo.
  - c)* proibição direto.
  - d)* tipo.
  - e)* subsunção.
- 10.** Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como:
- a)* erro de proibição.
  - b)* erro na execução.
  - c)* estado de necessidade.
  - d)* exercício regular de direito.
  - e)* erro de tipo.
- 11.** Em matéria de erro, correto afirmar que
- a)* o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade, por não exigibilidade de conduta diversa
  - b)* o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui a possibilidade de punição por crime culposo.
  - c)* o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena.
  - d)* o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui a culpabilidade.
  - e)* o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando-se as condições ou qualidades da vítima, e não as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- 12.** NÃO há crime quando o agente pratica o fato típico descrito na lei penal
- a)* mediante coação irresistível ou em estrita obediência a ordem de superior hierárquico.
  - b)* por culpa, dolo eventual, erro sobre os elementos do tipo e excesso justificado.
  - c)* somente em estado de necessidade e legítima defesa.
  - d)* mediante erro sobre a pessoa contra a qual o crime é praticado, em concurso de pessoas culposo e nos casos de excesso doloso.
  - e)* em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal e no exercício regular de direito.

13. No concurso de pessoas,
- a) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, essa pena será aumentada de 1/3 a 2/3, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
  - b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.
  - c) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
  - d) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.
  - e) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até metade.
14. Necessariamente, autores e partícipes recebem
- a) penas idênticas.
  - b) penas, respectivamente, mais e menos graves.
  - c) penas, respectivamente, menos e mais graves.
  - d) penas igualmente graves, mas de espécies distintas.
  - e) penas igualmente graves, salvo se diversa for sua culpabilidade.
15. Na hipótese de concurso de pessoas instantâneo, entre um adulto e um adolescente, para a prática de roubo, sem que o adulto esteja animado por desígnio autônomo para corromper especificamente o adolescente para a prática do roubo, estabelece-se entre os delitos de roubo e corrupção de menores a seguinte modalidade de concurso de crimes:
- a) Não há concurso de crimes entre os delitos de roubo e corrupção de menores.
  - b) Concurso formal impróprio.
  - c) Concurso formal.
  - d) Concurso material.
  - e) Crime continuado.
16. Sobre a extinção da punibilidade, nos termos preconizados pelo Código Penal, é correto afirmar que
- a) no caso de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
  - b) o prazo prescrição é reduzido de metade quando o criminoso era, ao tempo da sentença, maior de 60 anos de idade.
  - c) a sentença que conceder ao réu o perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.
  - d) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a somatória das penas cominadas aos crimes.
  - e) tratando-se de pena de multa, a única aplicada ao réu, o prazo prescricional é de 3 anos.
17. Micaela, de 19 anos de idade, após manter um relacionamento ocasional com Rodrigo, de 40 anos de idade, acaba engravidando. Após esconder a gestação durante meses de sua família e ser desprezada por Rodrigo, que disse que não assumiria qualquer responsabilidade pela criança, Micaela entra em trabalho de parto durante a 40ª semana de gestação em sua residência e sem pedir qualquer auxílio aos familiares que ali estavam, acaba parindo no banheiro do imóvel. A criança do sexo masculino nasce com vida e Micaela, agindo ainda sob efeito do estado puerperal, corta o cordão umbilical e coloca o recém nascido dentro de um saco plástico, jogando-o no lixo da rua. O bebê entra em óbito cerca de duas horas depois. Neste caso, à luz do Código Penal, Micaela cometeu crime de
- a) homicídio culposo.
  - b) homicídio doloso.
  - c) aborto.
  - d) lesão corporal seguida de morte.
  - e) infanticídio.

- 18.** Nos termos preconizados pelo Código Penal, em relação às escusas absolutórias, estará isento de pena
- a)* Pedro, coautor de um crime de furto qualificado juntamente com seu amigo Italo, praticado contra o genitor deste último.
  - b)* Rodrigo, que invade a chácara de sua família e comete um crime de roubo contra seus ascendentes, subtraindo bens que guarneciam o imóvel.
  - c)* Paulo, que pratica um crime de furto contra empresa de seu tio.
  - d)* Micaela, que pratica um crime de estelionato contra seu filho, utilizando os documentos pessoais e cartão de crédito deste para fazer compras em estabelecimentos comerciais de uma determinada cidade.
  - e)* Flávia, que pratica crime de apropriação indébita contra o seu avô de 70 anos de idade.
- 19.** A circunstância de a vítima ser menor de dezoito anos e maior de quatorze anos é
- a)* causa de aumento da pena do crime de violação sexual mediante fraude, de ação penal pública incondicionada.
  - b)* causa de aumento da pena no crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável, de ação penal pública incondicionada.
  - c)* qualificadora do crime de assédio sexual, de ação penal pública condicionada.
  - d)* causa de aumento da pena do crime de estupro de vulnerável, de ação penal pública incondicionada.
  - e)* qualificadora do crime de estupro, de ação penal pública incondicionada.
- 20.** Segundo a nova redação do art. 288 do Código Penal, conferida pela Lei nº 12.850/13, o crime de associação criminosa
- a)* deve ter a pena aumentada até o dobro, se houver a participação de criança ou adolescente.
  - b)* consiste na associação de mais de três pessoas para o fim específico de cometer crimes.
  - c)* deve ter a pena aumentada até a metade, se houver a participação de criança ou adolescente, não retroagindo tal disposição.
  - d)* conduz à aplicação da pena em dobro, se a associação é armada.
  - e)* deve ter a pena aumentada até a metade, se a associação é armada, não retroagindo tal disposição.
- 21.** À luz do Código Penal, sobre a falsidade documental nos crimes contra a fé pública,
- a)* a falsificação de um documento emanado de sociedade de economia mista federal caracteriza o crime de falsificação de documento público.
  - b)* equipara-se a documento público para caracterização do crime de falsificação de documento público o cartão de crédito ou débito.
  - c)* se o autor do crime de falsificação de selo ou sinal público é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é aumentada de um terço.
  - d)* aquele que faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado estará sujeito às penas cominadas ao crime de falsidade ideológica.
  - e)* o médico que dá, no exercício de sua função, atestado falso com o fim lucrativo estará sujeito à pena privativa de liberdade cominada ao delito de falsidade de atestado médico aumentada de metade.

22. Maurício, funcionário do gabinete do Vereador Tício em um determinado município paulista, ocupante de cargo em comissão, recebe a quantia em dinheiro público de R\$ 2.000,00 para custear uma viagem na qual representaria o Vereador Tício em um encontro nacional marcado para a cidade de Brasília. Contudo, Maurício se apropria do numerário e não comparece ao compromisso oficial, viajando para o Estado de Mato Grosso do Sul com a família, passando alguns dias em um hotel na cidade de Bonito. Maurício cometeu, no caso hipotético apresentado, crime de
- corrupção passiva, sujeito à pena de reclusão de dois a doze anos, e multa, aumentada da terça parte por ser ocupante de cargo em comissão.
  - corrupção passiva, sujeito à pena de reclusão de dois a doze anos, e multa, sem qualquer majoração.
  - peculato, sujeito à pena de reclusão de dois a doze anos, e multa, sem qualquer majoração.
  - peculato, sujeito à pena de reclusão de dois a doze anos, e multa, aumentada da terça parte por ser ocupante de cargo em comissão.
  - prevaricação, sujeito à pena de detenção de 3 meses a 1 ano.
23. A Lei Federal nº 4.898/1965 disciplina a responsabilidade em caso de abuso de autoridade. Tal diploma estatui que:
- O processo administrativo para apurar abuso de autoridade deve ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal que apura a mesma conduta.
  - Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
  - Dentre as sanções penais que podem ser aplicadas está a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até oito anos.
  - Constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao exercício dos direitos sociais.
  - Considera-se autoridade, para os efeitos da referida lei, apenas quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, de natureza permanente.
24. Configura crime de preconceito de raça ou cor
- obstar promoção funcional em razão de procedência nacional.
  - veicular símbolos que utilizem a cruz suástica para fins de divulgação do nazismo.
  - negar o holocausto para fins de divulgação do nazismo.
  - incitar a discriminação por procedência nacional.
  - impedir a convivência familiar.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- I, II e III.
  - I, II, IV e V.
  - II, III e IV.
  - III, IV e V.
  - I, III e V.
25. Com relação ao crime de corrupção de menor, hoje tipificado no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que, no atual entendimento do
- Supremo Tribunal Federal, trata-se de crime habitual que, portanto, exige prova de sua reiteração no tempo.
  - Superior Tribunal de Justiça, trata-se de crime material que, portanto, exige prova da concreta contaminação moral da vítima.
  - Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, trata-se de crime formal que, portanto, prescinde de prova da concreta contaminação moral da vítima.
  - Supremo Tribunal Federal, trata-se de crime material que, portanto, exige prova da concreta contaminação moral da vítima.
  - Superior Tribunal de Justiça, trata-se de crime permanente que, portanto, exige prova de sua persistência no tempo.

26. O agente que for acusado da prática de crime de extorsão mediante sequestro em sua forma qualificada estará impedido de obter, durante o processo ou após a condenação transitada em julgado,
- cumprimento de pena sob regime progressivo.
  - fiança e liberdade provisória.
  - apenas liberdade provisória.
  - anistia, graça e indulto.
  - livramento condicional.
27. A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/13,
- autoriza que o juiz profira sentença condenatória apenas com base nas declarações do agente colaborador.
  - prevê que, para fazer jus aos benefícios da lei, seja indispensável que o colaborador tenha revelado a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização criminosa.
  - é um meio de obtenção de prova permitido, apenas, na primeira fase da persecução penal.
  - prevê restrições ao direito ao silêncio.
  - prevê que o juiz participe de todas as negociações realizadas pelas partes para a formalização do acordo de colaboração.
28. Sobre a Lei nº 9.455/97 (Crimes de Tortura), é correto afirmar que
- se a vítima da tortura for criança, a Lei nº 9.455/97 deve ser afastada para incidência do tipo penal específico de tortura previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 233 do ECA).
  - há previsão legal de crime por omissão.
  - é inviável a suspensão condicional do processo para qualquer das modalidades típicas previstas na lei.
  - o regramento impõe, para todos os tipos penais que prevê, que o condenado inicie o cumprimento da pena em regime fechado.
  - há vedação expressa, no corpo da lei, de aplicação do sursis para os condenados por tortura.
29. No tocante aos crimes de trânsito, correto afirmar que
- a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não pode ser imposta cumulativamente com outras penalidades.
  - imprescindível o perigo de dano para a tipificação do delito de direção de veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir.
  - a penalidade de multa reparatória consiste no pagamento, mediante depósito judicial em favor da vítima, ou seus sucessores, de quantia fixada em salários mínimos.
  - a lei já não prevê a concentração de álcool por litro de sangue necessária para a configuração do delito de embriaguez ao volante.
30. Acerca do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), assinale a alternativa correta.
- O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável.
  - O proprietário responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo que esteja sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato, incorrerá no crime de omissão de cautela.
  - De acordo com a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, aquele que mantiver em seu poder uma arma de fogo de calibre permitido com registro vencido, incorrerá na prática do crime de porte ilegal de arma de fogo.
  - No crime de comércio ilegal de arma de fogo a pena é aumentada em um terço se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.
  - O crime de omissão de cautela consiste em deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 14 (catorze) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse.

31. À luz do posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes acerca das disposições da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.
- a) Caracteriza o crime de desobediência o reiterado descumprimento, pelo agressor, de medida protetiva decretada no âmbito das disposições da Lei Maria da Penha.
  - b) Em se tratando dos crimes de lesão corporal leve e ameaça, pode o Ministério Público dar início a ação penal sem necessidade de representação da vítima de violência doméstica.
  - c) No caso de condenação à pena de detenção em regime aberto pela prática do crime de ameaça no âmbito doméstico e familiar, é possível a substituição da pena pelo pagamento isolado de multa.
  - d) No âmbito de aplicação da referida lei, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deverá ser prontamente comunicado.
  - e) Afasta-se a incidência da Lei Maria da Penha na violência havida em relações homoafetivas se o sujeito ativo é uma mulher.
32. A pena prevista no crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), é aumentada de um sexto a dois terços, se:
- a) a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a intermunicipalidade do delito.
  - b) a infração tiver sido cometida por funcionários de serviço hospitalar, tais como médicos e enfermeiros.
  - c) sua prática envolver ou visar a atingir idoso ou gestante.
  - d) a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais.
  - e) o autor for reincidente na prática do crime de tráfico de drogas.

**Gabarito**

- 01 - C
- 02 - D
- 03 - A
- 04 - E
- 05 - C
- 06 - A
- 07 - E
- 08 - C
- 09 - A
- 10 - E
- 11 - B
- 12 - E
- 13 - C
- 14 - E
- 15 - C
- 16 - A
- 17 - E
- 18 - D
- 19 - E
- 20 - C
- 21 - A
- 22 - D
- 23 - B
- 24 - B
- 25 - C
- 26 - D
- 27 - D
- 28 - B
- 29 - D
- 30 - B
- 31 - D
- 32 - D

**RLM**→ **Assuntos:**

- > Proposição
- > Argumento
- > Conjuntos
- > Análise Combinatória
- > Probabilidade

**Exercícios**

**01.** Considerando falsa a afirmação “Se Ana é gerente, então Carlos é diretor”, a afirmação necessariamente verdadeira é:

- a)* Ana é gerente.
- b)* Carlos é diretor.
- c)* Ana não é gerente, e Carlos não é diretor.
- d)* Ana não é gerente, ou Carlos é diretor.
- e)* Ana é gerente, e Carlos é diretor.

**02.** Arno, especialista em lógica, perguntou: qual a negação de “hoje é carnaval se, e somente se, for 8 ou 9 de fevereiro”?

A resposta CORRETA é:

- a)* Hoje não é carnaval se, e somente se, não for 8 ou 9 de fevereiro.
- b)* Hoje não é carnaval e não é 8 nem 9 de fevereiro.
- c)* Hoje não é carnaval e é 8 ou 9 de fevereiro ou hoje é carnaval e não é 8 nem 9 de fevereiro.
- d)* Hoje é carnaval e é 8 de fevereiro.
- e)* O carnaval não é no mês de fevereiro.

**03.** “Existe um lugar em que não há poluição” é uma negação lógica da afirmação:

- a)* Em todo lugar, não há poluição.
- b)* Em alguns lugares, há poluição.
- c)* Em todo lugar, há poluição.
- d)* Em alguns lugares, pode não haver poluição.
- e)* Em alguns lugares, não há poluição.

**04.** Sabendo que é verdadeira a afirmação “Todos os alunos de Fulano foram aprovados no concurso”, então é necessariamente verdade:

- a)* Fulano foi aprovado no concurso.
- b)* Se Elvis foi aprovado no concurso, então ele é aluno de Fulano.
- c)* Se Roberto não é aluno de Fulano, então ele não foi aprovado no concurso.
- d)* Fulano não foi aprovado no concurso.
- e)* Se Carlos não foi aprovado no concurso, então ele não é aluno de Fulano.



05. Considere como verdadeiras as seguintes proposições:

- I. Se A, então B.
- II. Se B, então A.

Em relação às condicionais A e B, é correto afirmar:

- a) Não são equivalentes.
  - b) B não implica A.
  - c) A não implica B.
  - d) São equivalentes.
06. Se Débora é mãe de Hugo, então Marcelo é baixo. Se Carlos não é filho de Débora, então Neusa não é avó dele. Sabendo-se que Marcelo é alto ou que Neusa é avó de Carlos, conclui-se corretamente que
- a) Hugo e Carlos são irmãos.
  - b) Débora não é mãe de Hugo, e Carlos é filho de Débora.
  - c) Hugo e Carlos não são irmãos.
  - d) Débora não é mãe de Hugo, ou Carlos é filho de Débora.
  - e) Neusa é mãe de Débora.

07. Considere verdadeiras as seguintes proposições:

- I. Nenhum professor é fumante.
- II. Existem médicos fumantes.

A partir dessas proposições, é correto afirmar:

- a) Todo médico é fumante.
  - b) Nem todo médico é professor.
  - c) Nem todo professor é médico.
  - d) Existem médicos não fumantes.
08. Considere como verdadeiras as sentenças:
- > Se Roberto é vascaíno, então Jair é botafoguense.
  - > Se Roberto não é vascaíno, então Sérgio é tricolor.

É correto concluir que:

- a) se Sérgio é tricolor, então Roberto não é vascaíno;
  - b) se Jair não é botafoguense, então Sérgio é tricolor;
  - c) se Sérgio é tricolor, então Jair não é botafoguense;
  - d) se Jair não é botafoguense, então Sérgio não é tricolor;
  - e) se Jair é botafoguense, então Roberto é vascaíno.
09. Na assembleia de um condomínio, duas questões independentes foram colocadas em votação para aprovação. Dos 200 condôminos presentes, 125 votaram a favor da primeira questão, 110 votaram a favor da segunda questão e 45 votaram contra as duas questões. Não houve votos em branco ou anulados. O número de condôminos que votaram a favor das duas questões foi:
- a) 80;
  - b) 75;
  - c) 70;
  - d) 65;
  - e) 60.

10. Carlos é o único atleta que tem patrocínio de 3 empresas: A, B e C. Em se tratando de atletas que recebem patrocínios de apenas 2 dessas empresas, temos: Leandro e Hamilton, das empresas A e B; Marta e Silas, das empresas A e C; e Amanda, Renata e Sérgio, das empresas B e C. Se esses atletas fazem parte de um grupo contendo, ao todo, 18 atletas que recebem patrocínio das empresas A, B ou C, e cada empresa tem, pelo menos, 1 atleta recebendo patrocínio somente dela, então é correto afirmar que os números mínimo e máximo de atletas que a empresa B pode patrocinar são, respectivamente,
- a) 6 e 12.
  - b) 5 e 10.
  - c) 8 e 16.
  - d) 7 e 14.
  - e) 4 e 8.
11. Com o objetivo de reduzir os índices de assalto em um determinado bairro, o serviço de inteligência da polícia mapeou cinco esquinas (P, Q, R, S e T) onde 4 diferentes viaturas deveriam fazer sua escala diária, deixando desguarnecido, neste dia, apenas 1 dos cinco pontos mapeados, exceto a esquina P, pois lá foi registrado o maior número de ocorrências nos últimos meses. Se uma esquina mapeada, deverá conter apenas uma das quatro viaturas, determine de quantas maneiras distintas, estas viaturas poderão ocupar as 5 esquinas mapeadas.
- a) 24.
  - b) 72.
  - c) 120.
  - d) 96.
  - e) 54.
12. O delegado de polícia Jefferson recebeu a denúncia de que dois foragidos da justiça, Agnaldo e Túlio, encontram-se no bairro Esperança Alta. Com várias informações confiáveis para analisar, ele estima corretamente que a probabilidade de Agnaldo estar na região norte do bairro é de  $\frac{5}{8}$ , a probabilidade de Túlio estar na mesma região é de  $\frac{3}{8}$ , mas a probabilidade dos dois foragidos estarem na região norte é apenas de  $\frac{1}{8}$ . Neste mesmo momento em que terminou os seus estudos probabilísticos, ele recebeu uma denúncia confiável de que Agnaldo acabou de ser visto na região norte do bairro Esperança Alta. Se todas as informações são verdadeiras, com esta denúncia, Jefferson pode estimar precisamente que a probabilidade de Túlio também estar na região Norte é de:
- a) 20%.
  - b) 24%.
  - c) 30%.
  - d) 14%.
  - e) 16%.
13. Um sorteio será realizado para selecionar o vencedor de uma viagem de fim de ano. Este sorteio será realizado com o auxílio de um globo, que contém 9 bolas idênticas, mas numeradas de 1 a 9, cada uma contendo apenas um único algarismo. Se o sorteio será aleatório e sem reposição para o preenchimento de um número de 3 algarismos, qual a probabilidade de ser sorteado um número composto por três algarismos consecutivos e em ordem crescente?
- a)  $\frac{392}{9^2}$
  - b)  $\frac{7}{3^6}$
  - c)  $\frac{1}{3^{18}}$
  - d)  $\frac{7}{9^9}$
  - e)  $\frac{1}{72}$

---

**Gabarito**

- 01 - A
- 02 - C
- 03 - C
- 04 - E
- 05 - D
- 06 - D
- 07 - B
- 08 - B
- 09 - A
- 10 - D
- 11 - D
- 12 - A
- 13 - E

## Direito Administrativo

### Modalidades de Licitação

#### Concorrência

Concorrência é a modalidade de licitação entre **quaisquer interessados** que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

A concorrência é a modalidade mais complexa, dessa forma, ela é utilizada para **contratações de valor mais alto** (mas pode ser usada em qualquer valor) e deve ser obrigatoriamente a modalidade adotada nos seguintes casos:

- > **compra ou alienação de bens imóveis** (mas em alguns casos pode ser utilizado o Leilão – art. 19)
- > **Concessões de direito real de uso**
- > **Licitações Internacionais** (mas pode ser usada a tomada de preços – se dentro do valor limite dessa modalidade e o convite – quando não houver fornecedor no país)

#### Tomada de Preços

Tomada de preços é a modalidade de licitação entre **interessados devidamente cadastrados** ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

#### Convite

Convite é a modalidade de licitação entre **interessados do ramo pertinente** ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com **antecedência de até 24 horas** da apresentação das propostas.

A Administração deve convidar pelo menos três interessados (cadastrados ou não). Nesse caso não é necessária a publicação em Diário Oficial (basta a afixação de cópia do convite em quadro de avisos do órgão ou entidade).

Mesmo sem o convite forma, outros interessados podem participar (devem manifestar seu interesse até **24 horas antes da apresentação das propostas**).

#### → LIMITAÇÃO DE VALORES:

- > **Obras e serviços de engenharia:**
  - » CONVITE – até R\$ 150.000,00
  - » TOMADA DE PREÇOS – até R\$ 1.500.000,00
  - » CONCORRÊNCIA: acima de R\$ 1.500.000,00
- > **Compras e demais serviços:**
  - » CONVITE – até R\$ 80.000,00
  - » TOMADA DE PREÇOS – até R\$ 650.000,00
  - » CONCORRÊNCIA – acima de R\$ 650.000,00

→ Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

## Concurso

Concurso é a modalidade de licitação entre **quaisquer interessados** para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Cuidado para não confundir:** essa modalidade de licitação não é a mesma coisa que o concurso público para provimento de cargos (apenas o nome é o mesmo).

Essa modalidade é determinada apenas em razão da natureza do objeto (não leva o valor do contrato em conta).

## Leilão

Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis (aquisição haja derivado de **procedimentos judiciais** ou de **dação em pagamento**), a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

→ Bens avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior a R\$ 650.000,00. Acima disso, deve ser utilizada a concorrência.

Qualquer interessado pode participar do leilão. Essa modalidade é utilizada para a **VENDA**, a quem oferecer o **maior lance** (deve ser igual ou superior ao da avaliação), dos seguintes bens:

- » Bens móveis inservíveis para a Administração
- » Produtos legalmente apreendidos ou penhorados
- » Bens imóveis da Administração, oriundos de:
  - > procedimentos judiciais
  - > dação em pagamento

## Exceções à Obrigatoriedade de Licitar

→ **DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

- > licitação DISPENSADA – não é feita licitação
- > licitação DISPENSÁVEL – a administração pode dispensar se quiser

→ **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** (inviabilidade de competição)

No caso de dispensa, a licitação é possível, mas a lei diz que não haverá licitação ou que a mesma poderá ser dispensada. No caso de inexigibilidade, devido à falta de competidores, a licitação não é possível.

## Inexigibilidade

É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial (rol **exemplificativo**, sempre que houver inviabilidade teremos a inexigibilidade):

- > para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial **exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- > para a contratação de **serviços técnicos** enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular**,

com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

- > para contratação de **profissional de qualquer setor artístico**, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que **consagrado** pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Dessa forma, observadas as demais disposições legais, a licitação será **inexigível** no caso de:

- » **Fornecedor exclusivo** (vedada a preferência por marca)
- » **Profissional de notória especialização** (não pode para publicidade e propaganda)
- » **Artista consagrado**

## Poderes da Administração

- > **PODER HIERÁRQUICO:** A característica marcante é o grau de subordinação entre órgãos e agentes sempre dentro da estrutura da mesma pessoa jurídica.
- > **PODER DISCIPLINAR:** Aplicação de penalidades à servidores e à particulares que possuam algum vínculo jurídico com a Administração Pública.
- > **PODER DE POLÍCIA:** É o poder que possui a Administração de limitar e condicionar a forma pela qual os particulares irão exercer seus direitos, bens e liberdades, objetivando a proteção do interesse público.

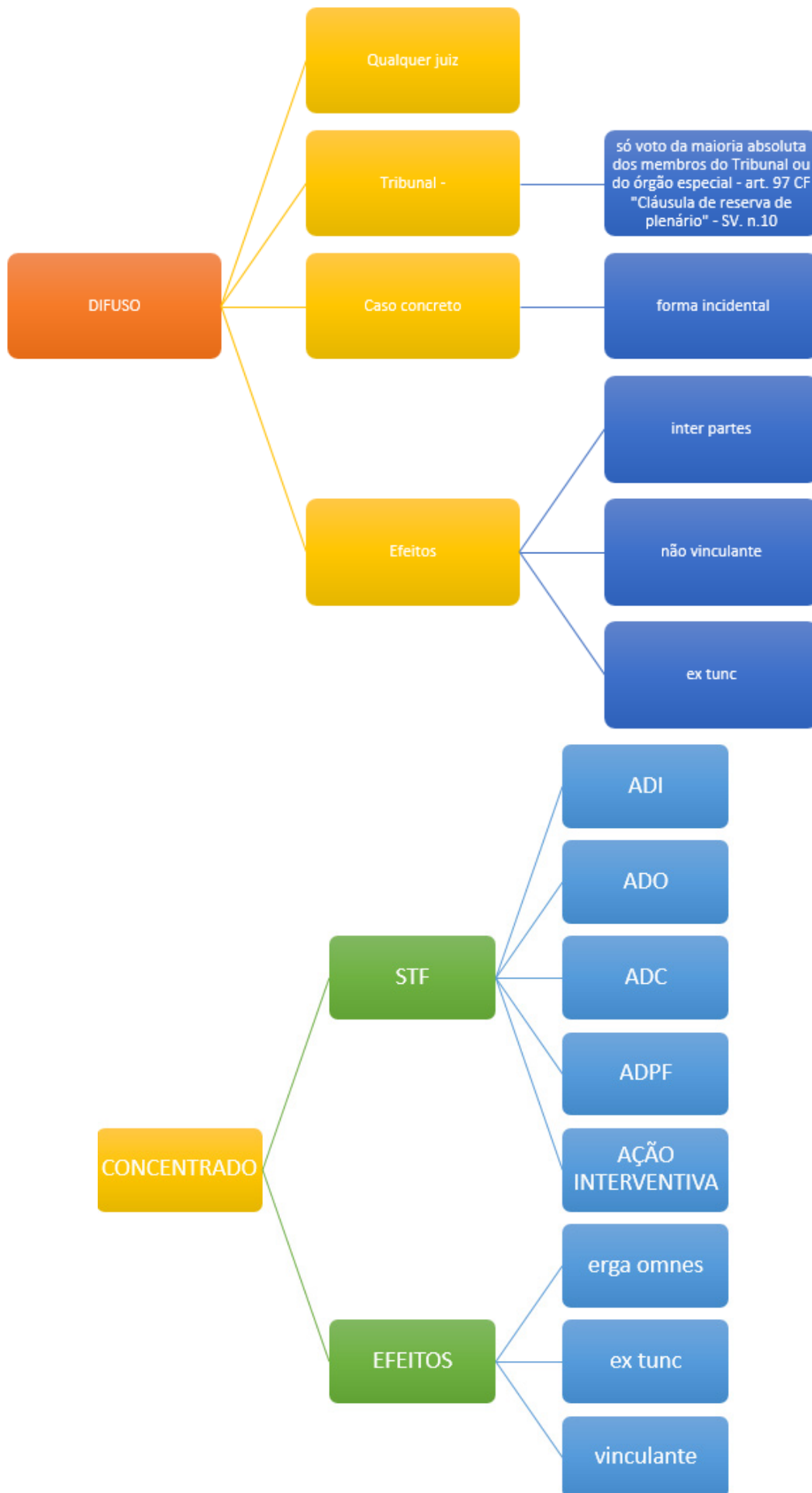
## Atributos do Poder de Polícia

- > **Discricionariedade:** O poder de polícia em regra é discricionário, pois da margem de liberdade dentro dos parâmetros legais ao administrador público para agir, contudo, se a lei exigir o poder de polícia pode ser vinculado.
  - > **Autoexecutoriedade:** As ações da Administração pública podem ser tomadas sem a obrigatoriedade de autorização do poder judiciário, ou seja, a Administração age independentemente de aprovação prévia do poder judiciário (não está sempre presente).
  - > **Coercibilidade:** Assim, o atributo do poder de polícia tem como seu último atributo a coercibilidade. Esse atributo informa que as determinações da Administração podem ser impostas coercitivamente ao administrado, ou seja, o particular é obrigado a observar os ditames da administração, independentemente de sua anuência.
- **PODER REGULAMENTAR:** Com base nesse poder a Administração irá editar atos normativos que irão complementar e regulamentar a lei, de modo a dar fiel execução à mesma. Esses atos não podem inovar no ordenamento jurídico.

## Atributos dos Atos Administrativos

- **PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE** – Os atos presumem-se verdadeiros e de acordo com a lei até prova em contrário (o ônus da prova é do administrado). Dessa forma, enquanto não tiver sua invalidade decretada, o ato, mesmo se for inválido, produzirá seus efeitos normalmente, como se fosse plenamente válido. **Todo ato** administrativo possui esse atributo.
- **AUTOEXECUTORIEDADE** – Possibilidade de executar o ato imediatamente sem a intervenção do Poder Judiciário (também **não está presente em todos** os atos).
- **TIPICIDADE** – Os atos devem corresponder aos tipos que foram previamente definidos pela lei como aptos para gerar determinados efeitos.
- **IMPERATIVIDADE** (decorre do Poder Extroverso) – impõe o cumprimento do ato independente da anuência do administrado (pode criar obrigações e restringir direitos unilateralmente). **Alguns atos não possuem** essa característica, como os atos negociais, os atos enunciativos e os atos de gestão.

## Direito Constitucional



**Exercícios**

- 01.** Assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações do Brasil na ordem internacional conforme as disposições da CF.
- a)* Em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.
  - b)* O princípio da independência nacional conduz à igualdade material entre os Estados, na medida em que, na esfera econômica, são iguais as condições existentes entre eles na ordem internacional.
  - c)* O princípio da não intervenção é absoluto, razão por que se deve respeitar a soberania de cada um no âmbito externo e por que nenhum Estado pode sofrer ingerências na condução de seus assuntos internos.
  - d)* Em razão do princípio fundamental internacional da concessão de asilo político, toda pessoa vítima de perseguição, independentemente do seu motivo ou de sua natureza, tem direito de gozar asilo em outros Estados ou países.
  - e)* A concessão de asilo político consiste não em princípio que rege as relações internacionais, mas em direito e garantia fundamental da pessoa humana, protegido por cláusula pétrea.
- 02.** Nos termos dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:
- a)* Conceder-se-á mandado, de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
  - b)* Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
  - c)* Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo apenas nos casos de crime propriamente militar, definidos em lei.
  - d)* Toda propriedade rural, desde que trabalhada pela família do proprietário, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
  - e)* O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há menos de um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- 03.** Os remédios constitucionais são as formas estabelecidas pela Constituição Federal para concretizar e proteger os direitos fundamentais a fim de que sejam assegurados os valores essenciais e indisponíveis do ser humano.

Assim, é correto afirmar, exceto:

- a)* O habeas corpus pode ser formulado sem advogado, não tendo de obedecer a qualquer formalidade processual, e o próprio cidadão prejudicado pode ser o autor.
- b)* O habeas corpus é utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c)* O autor da ação constitucional de habeas corpus recebe o nome de impetrante; o indivíduo em favor do qual se impetra, paciente, podendo ser o mesmo impetrante, e a autoridade que pratica a ilegalidade, autoridade coatora.
- d)* Caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- e)* O habeas corpus será preventivo quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência, ou repressivo, quando for concreta a lesão.



- 04.** Acerca dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:
- a)* É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato.
  - b)* É vedada à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
  - c)* O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
  - d)* Admite-se a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.
  - e)* A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- 05.** O kuwaitiano Fehaid al-Deehani, que compete no Rio de Janeiro sob a bandeira olímpica, ou seja, como atleta independente, escreveu nesta quarta-feira (10) seu nome na história olímpica ao se tornar o primeiro atleta 'sem país' da história a conquistar medalha de ouro olímpica. O título veio no duplo fosso do tiro esportivo. O italiano Marco Innocenti ficou com prata e o britânico Steven Scott com o bronze. (O Tempo – publicado em 10/08/16 – 20h35). Quanto ao direito da nacionalidade, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:
- a)* É privativo de brasileiro nato o cargo de Senador,
  - b)* Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - c)* São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
  - d)* São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
  - e)* São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- 06.** Os Direitos Políticos estatuem a possibilidade de o cidadão participar do processo político e das decisões do país. No que toca a este tema, de acordo com a Constituição Federal:
- a)* o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
  - b)* podem alistar-se como eleitores os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
  - c)* durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos são elegíveis, devendo, se contarem menos de dez anos de serviço, afastar-se da atividade.
  - d)* o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezoito anos e menores de setenta anos.
  - e)* uma das condições de elegibilidade, na forma da lei é ter a idade mínima de trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.

- 07.** Assinale a opção correta a respeito dos partidos políticos.
- a)* Devem observar a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
  - b)* Adquirem personalidade jurídica após o registro na forma da lei civil, bem como perante o tribunal regional eleitoral competente.
  - c)* Possuem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional
  - d)* Adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral
  - e)* Podem impetrar mandado de segurança coletivo, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional.
- 08.** Assinale a alternativa correta.
- a)* A competência para legislar sobre previdência social é concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
  - b)* Na Federação brasileira, a União é entidade soberana, enquanto os estados membros e o Distrito Federal são entidades autônomas.
  - c)* Na repartição de competências na Federação brasileira, é competência exclusiva da União a preservação da fauna.
  - d)* A fixação do horário bancário para atendimento ao público é da competência do Município.
  - e)* Na repartição de competências na Federação brasileira, é competência exclusiva da União a legislação sobre procedimentos em matéria processual.
- 09.** Assinale a opção correta a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.
- a)* Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do Estado em segmentos distintos e autônomos entre si — Legislativo, Executivo e Judiciário — foi concebida por Aristóteles.
  - b)* A atividade legislativa e a de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.
  - c)* Constitui exemplo de mecanismo de freios e contrapesos a possibilidade de rejeição, pelo Congresso Nacional, de medida provisória editada pelo presidente da República.
  - d)* As expressões poder, função e órgão são sinônimas.
  - e)* A CF adotou o princípio da indelegabilidade de atribuições de forma absoluta, inexistindo qualquer exceção a essa regra.
- 10.** Acerca das disposições constitucionais sobre segurança pública, assinale a alternativa correta.
- a)* A polícia marítima é exercida pela Polícia Rodoviária Federal e tem atuação em portos prestando-se, ao controle da entrada e da saída de pessoas e bens do país.
  - b)* As polícias militares são forças auxiliares e reservas do exército, embora subordinadas aos governadores de Estado, e têm como atribuição constitucional, entre outras, a lavratura de termos circunstanciados e, nos crimes militares, a investigação policial.
  - c)* É proibida a instituição, pela União, de órgãos com propósito de coordenar as políticas de segurança e de integrá-las com outras ações do governo, de modo que se contesta a instituição da secretária nacional antidrogas.
  - d)* As leis sobre segurança nos três planos federativos de governo devem estar em conformidade com a CRFB/88, assim como as respectivas estruturas administrativas e as próprias ações concretas das autoridades policiais.
  - e)* O STF definiu o rol do artigo 144, CRFB/88 como exemplificativo, de modo que é permitida, aos Estados, a instituição de polícias penitenciárias ou outros modelos de policiamento desde que, em Constituição Estadual.

11. Assinale a opção correta a respeito da defensoria e da advocacia públicas.

- a) A independência funcional no desempenho das atribuições previstas aos membros da defensoria pública garante a vitaliciedade no cargo.
- b) Os procuradores do estado representam, judicial e administrativamente, as respectivas unidades federadas, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) O defensor público, estadual ou federal, que presta orientação jurídica a necessitados pode também exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.
- d) À defensoria pública, instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, a necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas.
- e) A defensoria pública não está legitimada para propor ação civil pública: o constituinte concedeu essa atribuição apenas ao MP.

#### Gabarito

- 01 - A
- 02 - A
- 03 - D
- 04 - C
- 05 - D
- 06 - A
- 07 - C
- 08 - A
- 09 - C
- 10 - D
- 11 - D

## Informática

### Backup e Restauração

Backup “Cópia de Segurança” ou “BECAPE” é um procedimento de segurança realizado para copiar os dados do usuário de um dispositivo de armazenamento para outra unidade de armazenamento diferente da original, por exemplo, copiar os dados do HD do computador para um Pendrive.

\* **Atributo de marcação (Flag Archive)**

Quando um arquivo é criado ou alterado ele recebe uma marcação (atributo de marcação). Essa marcação indica aos programas de backup que o arquivo está pronto para ser “becapiado”. Os backups do tipo Completo e Incremental são os únicos que apagam os atributos de marcação após o arquivo passar por um backup.

### Tipos de Backup

- > **Completo/Normal/Referencial/Total/Full:** Copia todos os arquivos, independente se o arquivo possui ou não o atributo de marcação.
- > **Incremental:** Copiar os arquivos que foram criados e alterados desde a realização do último Backup, isso porque não são duplicados os dados já “becapiados” em arquivos de Backup anteriores.
- > **Diferencial:** Copiar os arquivos que foram criados e alterados desde a realização do último Backup Total ou Incremental, o que for mais recente, isso quer dizer que quando a rotina de backup Diferencial é acionada, os arquivos poderão ser duplicados em arquivos de Backup Diferentes, o que não acontece na rotina Incremental.
- > **Backup Diário:** Copiar todos os arquivos selecionados – que foram modificados ou criados no dia do backup.
- > **Backup de Cópia:** Copiar todos os arquivos que foram selecionados – independente se foi ou não criado/alterado no dia e se possui ou não atributo de marcação.

### Restauração

Quando a banca exige conhecimento sobre restauração de um backup ela geralmente cobra a forma de restauração dos backups Incremental e Diferencial.

- > **Incremental:** Restaura todos os conjuntos de backup Incrementais e o último backup do tipo Total.
- > **Diferencial:** Restaura o último backup Diferencial e o último completo.

### Malwares

Malwares – *malicious software* – ou Programas Maliciosos, são programas que possuem finalidade maliciosa e danosa ao funcionamento do seu computador.

### Tipos de Malwares

- > **VÍRUS “Destruidor”:** Programa que precisa ser executado para começar sua atuação no computador e sua função é danificar o funcionamento do computador, tanto de programas quanto de peças (hardware).
- > **WORM “Verme”:** Não necessita ser executado para infectar o computador, auto executável. Esse malware explora falhas para se replicar, tornando o computador “lento”.
- > **SPYWARE “Espião”:** Programa espião que captura informações digitadas no teclado (**Keylogger**) e também informações na tela do usuário (**Screenlogger**) e as envia para o atacante ou terceiros interessados.

- > **TROJAN HORSE “Cavalo de Tróia”**: É um Malware que serve de transporte para outros Malwares. É necessário que o usuário execute o arquivo infectado para que seja reproduzida a ação do trojan.
- > **RANSOMWARE “Sequestrador”**: Malware que sequestra os dados do usuário. Esse programa bloqueia o acesso aos arquivos do computador e exige pagamento para liberar o acesso aos arquivos novamente. É como se o computador ou os dados do usuário fossem sequestrados e pede-se um valor de resgate.
- > **HIJACKER “Página Falsa”**: Sua principal característica é fixar uma página de internet falsa no navegador do usuário, coletando os dados inseridos pelo usuário durante a navegação por essa página falsa.
- > **BACKDOORS “Porta dos Fundos”**: Programa malicioso que abre uma brecha no sistema, “Porta dos fundos”, após a instalação ou execução de programas que estão contaminados, para facilitar os ataques para que outros Malwares e até mesmo Crackers invadam o sistema.

## Cloud Computing

O sistema de Cloud Computing – Computação nas nuvens ou Computação em nuvem – refere-se à utilização de sistemas computacionais, armazenamento, processamento, segurança, sem que esses recursos estejam propriamente instalados no computador do usuário. Para que essa conexão do usuário com as empresas de prestação de serviço dos recursos computacionais possa existir, é necessário que o usuário tenha apenas uma conexão com a Internet na máquina de uso.

O sistema computacional nas nuvens funciona basicamente como um servidor de recursos, que fornece serviços às máquinas nele conectadas, os clientes, para aumentar o desempenho destas máquinas. O serviço de nuvem pode ser oferecido de várias formas, pendendo ser apenas um espaço na nuvem para armazenamento de dados – Cloud Storage – Armazenamento em nuvem (SaaS); ou um serviço que disponibiliza programas que podem ser acessados de qualquer lugar do mundo em que haja conexão com internet (PaaS); ou também um serviço completo de infraestrutura computacional, processamento, memória, armazenamento, segurança (IaaS).

### Exercícios

01. Malware que, após ter entrado no sistema, pode movimentar-se sozinho, duplicar-se em grande volume, enviar cópias de si próprio para todos os contatos do de correio eletrônico, causando um efeito de avalanche, que resulta em congestionamentos nas redes das empresas e em toda a Internet é o
  - a) worm.
  - b) backdoor.
  - c) keylogger.
  - d) botnets.
  - e) rootkit.
02. Vírus de computador e outros programas maliciosos (Malwares) agem de diferentes formas para infectar e provocar danos em computadores. O Malware que age no computador capturando as ações e as informações do usuário é denominado
  - a) Cavalo de Troia.
  - b) Keyloggers.
  - c) Backdoors.
  - d) Spyware.
  - e) Worm.

03. Em relação aos procedimentos de backup, cópia de segurança, assinale a alternativa correta.
- a) fazer backup significa compactar os arquivos para liberar espaço em disco.
  - b) caso um usuário necessite fazer um backup, uma cópia de segurança, do tipo diferencial, ele deverá fazê-lo apenas após a estabelecer conexão com a internet, necessariamente.
  - c) o backup diferencial é feito diariamente, sem a necessidade do backup normal, desde que ele seja realizado logo após o backup incremental.
  - d) a cópia de segurança do tipo normal, total, é utilizada para copiar somente aqueles arquivos que contém a bandeira de marcação, indicando que determinado arquivo fora criado ou alterado e precisa ser “becapiado”.
  - e) a rotina de backup do tipo incremental, é utilizada quando o usuário desejar copiar os arquivos que foram criados e alterados deste a realização do último Backup, independente de qual seja.
04. André contratou um serviço de hospedagem na internet para armazenamento de seus arquivos na nuvem, através da tecnologia Cloud Computing, computação na nuvem. Considerando que a única funcionalidade do serviço contratado por André seja a de armazenamento de dados, geralmente utilizado para armazenar arquivos de backup, podemos considerar que o serviço contratado é
- a) Cloud Rentals – Locação na nuvem
  - b) Cloud Streaming – Transmissão na nuvem
  - c) Cloud Storage – Armazenamento na nuvem
  - d) Cloud Service – Serviço na nuvem
  - e) Cloud Space – Espaço na nuvem
05. O conceito que se refere à utilização do armazenamento de dados, pela Internet, em serviços que poderão ser acessados de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, não havendo necessidade de instalação de programas ou de armazenar dados é denominado, em inglês:
- a) cloud computing
  - b) processing rain
  - c) storm processing
  - d) thunder computing
  - e) Service Cloud

### Gabarito

- 01 - A
- 02 - D
- 03 - E
- 04 - C
- 05 - A

## Processo Penal

### Busca e Apreensão

A busca é a diligência que objetiva encontrar o que se deseja, ao passo que a apreensão é medida cautelar, que se pretende acautelar pessoa ou objeto.

- > **Natureza Jurídica:** meio de prova e medida cautelar (doutrina majoritária).
- > **Iniciativa:** de ofício pela autoridade ou a requerimento das partes. A busca domiciliar está abarcada na cláusula de reserva jurisdicional, hipótese que somente mediante mandado, de dia, poderá ser realizada a busca domiciliar.
- > **Momento:** pode ser durante toda a persecução penal, inclusive na fase recursal ou de execução.

### Tipos

Existem dois tipos de busca: a domiciliar (que ocorre em domicílios, assim entendidos nos termos do art. 150, §4º do CP). Só poderá ser realizada quando houver fundadas razões, sendo evidenciado um lastro probatório mínimo.

**Art. 150, §4º, do CP:** ...§ 4º – A expressão “casa” compreende:

I – qualquer compartimento habitado;

II – aposento ocupado de habitação coletiva;

III – compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade. Lembre-se que domicílio está protegido pela CF, mas pode ser adentrado nos seguintes casos:

Além da busca domiciliar, existe também a busca pessoal (que se dá em pessoas). Leia as hipóteses em que cada uma delas é admitida:

**Art. 240.** A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

§ 2º Proceder-se-á à busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior.

### Quem a Determina?

Jamais pode ser determinada por autoridade administrativa (como o Delegado). Para as buscas, exige-se mandado sempre que o Juiz não a fizer pessoalmente. Assim, não existe busca e apreensão determinada pelo Delegado – mas apenas pelo Juiz. O CPP, portanto, nesta parte, deve ser desconsiderado.

**Cuidado com a inviolabilidade do domicílio! É permitido a realização da busca domiciliar:**

De dia	De noite
Qualquer momento, com ou sem consentimento mediante mandado judicial	Flagrante delito
	Desastre
	Prestar Socorro
	Mediante mandado (quando autorizado)

**ATENÇÃO!** A busca iniciada de dia, caso se estenda até a noite, não será interrompida!

## Procedimento

Simple: de posse do mandado (que indica, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem; traz ainda os motivos e fins da diligência e é assinado pelo escrivão e pelo Juiz), o executor vai até a residência, bate à porta, mostra e lê o mandado e intima quem o atendeu a abrir a porta. Após isto, faz-se a busca, sendo que, no fim, é necessário produzir auto circunstanciado de busca assinado por 2 testemunhas (fedatárias).

## É Possível o Uso da Força?

Claro! Mas o uso da força sempre tem de ser regrado: em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada. Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

## Serendipidade

Trata-se do encontro fortuito de provas. A pergunta aqui é: se, durante a busca determinada para se encontrar a prova X, a polícia encontra a prova Y, tal prova é lícita? De acordo com nossos tribunais superiores, está tudo certo, desde que o encontro seja fortuito mesmo.

Situação diversa ocorreria se o mandado fosse arranjado, ou seja: mente-se para que o Juiz o determine com um alvo específico, mas já com o intuito de se encontrar outra coisa – neste caso, a busca seria ilícita.

## Busca e Apreensão em Escritórios de Advocacia

Lembre-se que o Advogado tem dever de sigilo, o que se estende aos objetos de clientes que lhes são confiados. É por isto que, a princípio, não se expede mandado em escritório de advocacia para apreensão de documentos de clientes do advogado, **a não ser que tais objetos constituam corpo de delito.**

Assim, em regra, o mandado a ser cumprido em escritório de advocacia envolve a busca de objetos **DO PRÓPRIO ADVOGADO**, ou seja, quando este é o suposto criminoso – mas pode atingir bens de clientes se estes forem coautores ou partícipes de crime cometido também pelo Advogado.

Além disto, saiba que o Estatuto da OAB exige que o procedimento seja realizado com a presença de representante da OAB. Veja o que ele diz em seu art. 7º, §§ 6º e 7º:

*§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do caput deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.*

*§ 7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou co-autores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.*

## Busca Pessoal

A busca pessoal também exige ordem judicial para que ocorra. Porém, há exceções – as situações do art. 244 do CPP:

*Art. 244. A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver **FUNDADA SUSPEITA** de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.*

## Busca Pessoal em Mulheres

Ela deverá ser feita, preferencialmente, por outra mulher, desde que isso não importe retardamento ou prejuízo da diligência.

**Cuidado:** não é obrigatoriamente! Se não houver policial feminina, um policial masculino poderá, sim, efetivar a busca pessoal em mulher.



---

**Exercícios**

**01.** A busca domiciliar, quando a própria autoridade policial ou judiciária não a realizar pessoalmente, prescinde de expedição de mandado.

Certo ( )      Errado ( )

**02.** A busca domiciliar poderá ser feita sem autorização do morador, independentemente de dia e horário, no caso de a autoridade judiciária comparecer pessoalmente para efetivar a medida, devendo esta declarar previamente sua qualidade e o objeto da diligência.

Certo ( )      Errado ( )

**03.** Tendo a apreensão de smartphone ocorrido mediante flagrante delito, a Polícia Civil pode acessar os dados nele inseridos sem a necessidade de autorização judicial.

Certo ( )      Errado ( )

**Gabarito**

01 - Errado

02 - Errado

03 - Errado